

Por um anno	12.000
Por seis mezes	6.500
Por tres mezes	3.500
Comunicados e correspondencias por linha	500

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou comunicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

ASSIGNATURAS

Por um anno	10.000
Por seis mezes	5.600
Por tres mezes	3.000
Avulso por folha	400
Annuncios por linha	500

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECCÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO POLITICA

2.ª Repartição

Tendo consideração a que a muito notável villa de Setúbal gosa naturalmente da primazia de ser a povoação immediata em importância as primeiras cidades do reino, não só pela sua grande população e excellente posição topographica e pela quantidade dos edificios que avultam dentro dos seus muros, mas tambem pelo movimento e vastidão do seu commercio, devido ao porto de mar por onde annualmente se faz uma consideravel exportação de generos e productos agricolas;

Atendendo a que estes interesses commerciaes devem ter progressivo incremento com a ligação de Setúbal á cidade de Lisboa, por meio de uma linha de vapores no Tejo e de um caminho de ferro desde o Barreiro até áquella villa;

Por estas razões e tendo em muito preço os constantes testemunhos que os seus habitantes fêzão de nobre dedicação ao throno e ás instituições constitucionales da monarchia, hei por bem, annuindo á representação da camara municipal de Setúbal, em vista da informação do governador civil de Lisboa e resposta fiscal do procurador geral da coroa, fazer mercê á villa de Setúbal de a elevar á categoria de cidade, com a denominação de cidade de Setúbal; e me praz que n'esta qualidade goze de todas as prerogativas, liberdades e franquezas que directamente lhe pertencem, devendo expedir-se á respectiva camara municipal a carta competente em dois exemplares, um para titulo d'aquella corporação, e outro para ser depositado no real archivo da torre do tombo.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 19 de abril de 1860.—REI. —Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

DIRECCÃO GERAL DE INSTRUCCÃO PUBLICA

1.ª Repartição

DESPACHOS

INSTRUCCÃO SUPERIOR

Dr. Antonio dos Santos Viegas, promovido a lente substituto ordinario da faculdade de philosophia na universidade de Coimbra.

INSTRUCCÃO SECUNDARIA

João Teixeira de Vasconcellos, professor proprietario da primeira e segunda cadeira do lyceu nacional de Castello Branco.

INSTRUCCÃO PRIMARIA

Professores vitallios

Victorino Bento da Cunha para a cadeira da Villa do Porto, concelho do mesmo nome, districto de Ponta Delgada.

José Augusto da Ponte para a cadeira da cidade de Ponta Delgada.

Professores temporarios

Manuel Constantino Theophilus Augusto Ferreira para a cadeira da villa da Ribeira Grande, districto de Ponta Delgada.

D. Joanna Soares de Barcellos Figueiredo para a cadeira da Villa das Vellas, concelho do mesmo nome, districto de Ponta Delgada.

TRANSPRENCIAS

Joaquim Antonio da Fonseca, transferido da cadeira de grammatica portugueza, latina e latinista da villa do Estremoz para a de igual disciplina em Promeça a Nova, districto administrativo de Castello Branco.

Joaquim José Telles de Menezes Castello Branco, da cadeira de instrução primaria da freguezia de S. Jorge em Lisboa, para a de Nossa Senhora das Mercês da mesma cidade.

JUBILAÇÃO

José Leão de Almeida Castilho e Palha, jubilação pura e simples, por assim o ter requerido.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECCÃO GERAL DOS NEGOCIOS DE JUSTIÇA

1.ª Repartição

Comprazendo-me, em conformidade da antiga pratica seguida n'estes reinos, de usar da minha clemencia, por occasião da presente semana santa, para com os presos que, por exactas informações a que mandei proceder, se mostram dignos de commiserção, ou pelo tempo de prisão soffrida, ou por outras ponderosas razões que os recommendam á minha piedade, e, mais que tudo, em memoria da sacratissima morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, solemnizada pela igreja n'este dia de sexta-feira maior: hei por bem, exercendo o poder moderador segundo a carta constitucional da monarchia, depois de ter ouvido o conselho d'estado, perdoar ou commutar as penas impostas aos réus comprehendidos na relação junta, que faz parte integrante d'este decreto, e baixa assignada pelo ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, tudo pela forma que se declara na dita relação.

O mesmo ministro e secretario d'estado o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 6 de abril de 1860.—REI.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Relação, a que se refere o decreto d'esta data, dos réus cujas penas são perdoadas ou commutadas pela forma aqui declarada

Albino Botelho, pelo crime de furto simples, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por accordo, passado em julgado, da relação do Porto do 1.º de maio de 1857. Perdoado, em attenção ao pequeno valor do furto, achar-se preso ha quatro annos, ter tido bom comportamento na cadeia, e estar soffrendo de enfermidade incuravel.

Antonio Ferreira, o Rabão, ou Antonio Inglez, pelo crime de furto, condemnado na pena de cinco annos de degredo para Africa occidental, por accordo, passado em julgado, da relação de Lisboa de 2 de dezembro de 1856. Perdoado, em attenção ao pequeno valor do furto, o qual foi restituído na

maior parte, achar-se preso ha quatro annos, ter tido bom comportamento na cadeia, e estar impossibilitado de embarcar.

Antonio Joaquim Baptista, pelo crime de furto simples, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por accordo, passado em julgado, da relação do Porto de 22 de novembro de 1858. Perdoado, em attenção ao pequeno valor do furto, achar-se preso ha perto de dois annos, e ter tido bom comportamento antes e depois de commetter o dito crime.

Antonio José da Costa, pelo crime de roubo, condemnado na pena de seis annos de trabalhos publicos no ultramar, por accordo, passado em julgado, da relação de Lisboa de 2 de dezembro de 1856. Commutada a pena em prisão por igual tempo, para completar os seis annos desde que o dito accordo passou em julgado, em attenção a ter sido restituído o roubo, ao bom comportamento do réu antes e depois de commetter o crime, e a estar preso ha perto de seis annos.

Antonio Martins, pelo crime de cumplicidade em furto, condemnado na pena de dois annos de prisão correccional, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca de Moura de 12 de novembro de 1859. Perdoado, em attenção ao seu bom comportamento assim antes como depois do delicto, e ter sido restituído o furto.

Antonio Silveira Sanches, pelo crime de offensa corporal, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca da ilha de S. Jorge de 13 de junho de 1859. Perdoado, em attenção a estar o offendido completamente restabelecido, sem aleijão ou deformidade, achar-se o réu preso ha dois annos, e ter tido bom comportamento antes e depois de commetter o dito crime.

Antonio Teixeira, por aleijão e Rebanho, pelo crime de furto simples, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca de Marco de Canavezes de 4 de maio de 1859. Perdoado, em attenção ao pequeno valor do furto, estar preso ha dezoito mezes, e ter tido bom comportamento antes e depois do dito crime.

Daniel José da Paz, pelo crime de furto simples, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca de Vinhas de 8 de maio de 1858. Perdoado, em attenção ao pequeno valor do furto, o qual foi restituído, estar o réu preso ha perto de tres annos, e ao seu bom comportamento antes e depois do dito crime.

Domingos da Costa, o Manco, pelo crime de offensa corporal, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca de Fafe de 10 de maio de 1859. Perdoado, em attenção a achar-se o offendido completamente restabelecido, estar o réu preso ha dois annos, e aleijão do pé direito, e ter tido bom comportamento na cadeia.

Domingos Silverio, pelo crime de tentativa de roubo, condemnado na pena de vinte annos de degredo para Angola, por accordo, passado em julgado, da relação de Lisboa de 13 de outubro de 1841. Perdoado, em attenção á menor idade de 16 annos que o réu tinha quando delinquir, a ter cumprido mais de dezeseis annos da pena imposta, e ao seu bom comportamento depois de ter commettido o dito crime.

Eusebio José Figueira, por crime de ferimentos, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca das Caldas da Rainha de 17 de novembro de 1857. Perdoado, em attenção ao seu estado de embriaguez casual quando delinquir, achar-se preso desde 23 de fevereiro de 1855, e a seu bom comportamento na cadeia.

Francisco de Abreu, pelo crime de abuso de confiança, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca occidental do Funchal de 15 de dezembro de 1857. Commutada a pena em tres annos de prisão correccional, levando-se em conta todo o tempo de prisão já soffrida, attendendo ao seu bom comportamento antes de commetter o dito crime, e a ter obtido perdão da parte offendida.

Francisco Carvalheiro, pelo crime de furto simples, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca de Coimbra de 18 de agosto de 1858. Perdoado, em attenção a ter sido entregue o pequeno valor do furto, estar o réu preso ha mais de dois annos, e ter tido bom comportamento na cadeia.

João Antonio Martins, vulgo João Marceneiro, pelo crime de morte em defeza propria, condemnado na pena de cinco annos de degredo para Africa occidental, por accordo, passado em julgado, da relação de Lisboa de 21 de abril de 1857. Commutada a pena em um anno de prisão, attendendo a que o crime foi perpetrado em justa e necessaria defeza, ainda que excedendo seus limites, estar o réu preso ha cinco annos, e ter tido bom comportamento antes e depois de commetter o dito crime.

João José de Campos, pelo crime de tentativa de furto, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por accordo, passado em julgado, da relação do Porto de 12 de junho de 1858. Commutada a pena em um anno de prisão na comarca de Armamar, onde delinquir, attendendo á que tem soffrido por quasi tres annos, e haver tido bom comportamento na cadeia.

João dos Reis, e Feliciano Ribeiro, por aleijão e Mucharreiro, pelo crime de resistencia, condemnado na pena de um anno de prisão correccional e na multa correspondente a tres mezes, por accordo, passado em julgado, da relação de Lisboa de 12 de maio de 1857. Commutada a pena em seis mezes de prisão, a contar do dia em que os ditos réus foram presos, em attenção ao seu bom comportamento antes e depois de commetterem o referido crime.

Joaquim Pereira Cardoso, pelo crime de cumplicidade em furto, condemnado na pena de cinco annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da

comarca de Lamego de 16 de julho de 1859. Commutada a pena em um anno de prisão correccional no julgado de Lamego, onde delinquir, em attenção a estar preso por mais de um anno, ter tido bom comportamento antes e depois de commetter o dito crime, e ser filho unico de paes a quem sustentava, os quaes hoje mendigam.

José Rafael Condeço, pelo crime de cumplicidade em roubo, condemnado na pena de quatro annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca de Aveiro de 5 de junho de 1858. Commutada a pena em um anno de prisão correccional no julgado de Aveiro, onde delinquir, attendendo ao seu bom comportamento antes e depois de commetter o dito crime, e estar preso ha quatro annos.

Manuel Cordeiro Canivete, pelo crime de cumplicidade em offensa corporal, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por accordo, passado em julgado, da relação dos Açores de 9 de fevereiro de 1859. Perdoado, em attenção a estar preso por mais de dois annos, e ter-se comportado regularmente na cadeia.

Manuel Gonçalves dos Santos, pelo crime de furto, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa oriental, por accordo, passado em julgado, da relação do Porto de 9 de julho de 1858. Perdoado, em attenção a estar preso ha perto de quatro annos, ter a parte offendida desistido de perseguir na accusação, e ao bom comportamento do réu, assim antes como depois de perpetrar o dito crime.

Manuel Martins, o Migueis, pelo crime de recepção de furto, condemnado na pena de um mez de prisão correccional, por accordo, passado em julgado, da relação de Lisboa de 11 de dezembro de 1858. Perdoado, em attenção ao seu bom comportamento, anterior ao dito crime, e a ter nas ultimas epidemias acudido aos enfermos.

Manuel Pires, pelo crime de furto simples, condemnado na pena de tres annos de degredo para Africa occidental, por sentença, passada em julgado, do juizo de direito da comarca de Vinhas de 8 de maio de 1858. Perdoado, em attenção ao seu bom comportamento antes e depois de commetter o dito crime.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE ESTREMOZ

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Estremoz, no mez de março de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE ESTREMOZ						
De posta interna	2.549	1.471	66	6	947	5
Do reino e ilhas	—	—	120	6	—	8
De Hespanha	—	—	4	4	—	—
D'alem dos Pyreneos	—	—	—	—	—	—
Das provincias ultramarinas	—	—	—	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios	—	—	5	16	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes	—	—	1	—	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes	—	—	1	—	—	—
Do porto do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	—	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas	2.141	25	73	1	948	2
Para Hespanha	—	—	—	—	—	—
Para alem dos Pyreneos	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios	—	—	1	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
	4.690	1.496	271	33	1.895	10
	4.392	1.069	216	15	1.880	11

No mez de março de 1859 o movimento da correspondencia foi de

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, não comprehendidas as de Estremoz, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.
Administração central do correio de Estremoz, em 17 de abril de 1860.—O administrador, João Antonio Léo de Faria.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 20 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Ao meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 78 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Encarnação Coelho, de que não pôde comparecer na sessão de 19 por motivo justificado.—Inteirada.

2.º Do sr. Pinto Tavares, de que não comparece á sessão de hontem por motivo justificado.—Inteirada.

3.º Do sr. Neutel, de que o sr. Costa e Silva não pôde comparecer por falta de saude.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio da camara dos dignos pares, participando ter sido ali approvado o projecto de lei que autorisa o governo a contratar a construção de um caminho de ferro (tramway) entre a mina de S. Domingos de Mertola e o Guadiana.—Inteirada.

2.º Do ministerio do reino, devolvendo com as informações que lhe foram pedidas, o requerimento do cirurgião-mór graduado da guarda municipal do Porto, Antonio Botelho Pinto.—A commissão de fazenda.

3.º Uma representação dos pescadores da Povoa de Varzim, pedindo a abolição do imposto do pescado.—A commissão de fazenda, ouvida a de pescarias.

4.º Do juiz e mesarios da confraria de Nossa Senhora da Guia, da villa do Conde, no mesmo sentido que a antecedente.—As mesmas commissões.

5.º Da camara municipal e administrador de Taboão, sobre divisão de territorio.—A commissão de estatística.

6.º Dos empregados administrativos e municipaes dos concelhos de Alcochete, Aldeia Gallega e Barreiro, pedindo que os seus vencimentos não sejam su-

jeitos aos 5 por cento addicionaes.—As commissões de administração publica e de fazenda.

7.º Da camara municipal de Monte-mór o Novo, pedindo que sejam desannexadas do seu concelho as freguezias de Mora, Cabeção, Pavia e Brotas, para serem annexadas aos concelhos que lhes são limitrophes.—A commissão de estatística.

8.º Dos habitantes de Castello de Vide, pedindo que se não altere a directriz do caminho de ferro de leste.—A commissão de obras publicas.

9.º Da camara municipal de Peniche, pedindo que se continue o lanço da estrada entre Peniche e Torres Vedras.—A commissão de obras publicas.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requerimentos:

1.º A commissão do ultramar precisa que se peça ao governo, pelos ministerios da marinha e dos negocios estrangeiros, remetta a esta camara, com urgencia, os seguintes documentos relativos ao tratado para a demarcação e troca de possessões portuguezas e neerlandezas do archipelago de Timor e Solor:

I Consulta do conselho ultramarino sobre o mencionado assumpto.

II Copias das instruções dadas pelo governo aos plenipotenciarios portuguezes, os srs. conselheiros visconde de Athoúgia e Fontes Pereira de Mello, para os dois tratados de 6 de outubro de 1854, e 20 de abril de 1859.

III Copias das actas das conferencias entre os referidos plenipotenciarios portuguezes e os neerlandezes que assignaram os referidos tratados.

IV Copia da correspondencia official dos governadores da India, de Macau e de Solor e Timor, que existir no ministerio da marinha e ultramar, sobre a occupação violenta de Atapuso feita pela Hollanda, e da correspondencia diplomatica recebida e expedida pelo ministerio dos negocios estrangeiros sobre o mesmo assumpto.

V Copia da correspondencia diplomatica recebida e expedida, em relação á demarcação e troca de possessões portuguezas e neerlandezas de Solor e Timor.—José Antonio Maia, secretario.

2.º Requeiro que, pelo ministerio das obras publicas, seja remettido a esta camara, com urgencia, o relatório recentemente feito pelo engenheiro Antonio Joaquim Pereira acerca das obras do lazareto.—José Pedro Antonio Nogueira.

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:

«Renovo a iniciativa do projecto de lei n.º 81 da sessão de 1857, e peço que elle seja com urgencia remettido á commissão de guerra para ella lhe dar o devido andamento.

Camara dos deputados, 17 de abril de 1860.—O deputado pelo circulo de Valle Passos, Julio de Carvalho Sousa Telles.

A commissão de guerra.

Tem segunda leitura os seguintes projectos de lei:

1.º Do sr. Moraes Soares sobre caudalarias.

É admittido e enviado á commissão de agricultura, ouvida a de fazenda; não se approvando que fosse publicado no *Diario de Lisboa*, como tinha requerido o seu auctor.

2.º Do sr. Calça e Pina, revogando a carta de lei de 24 de outubro de 1855, na parte em que suprimiu os antigos concelhos e julgados de Souzel e Veiros na comarca de Fronteira, districto de Portalegre.

É admittido e enviado á commissão de estatística.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—sabe que na presença do governo que deve fallar, mas o governo nunca está presente. E continua a ver-se forçado a fazer uso da palavra em frente daquellas cadeiras sempre vazias, a fallar com a atmosphera, que é só quem enche aquellos assentos!!

Todavia é tão serio, tão grave o assumpto, tão urgente que se erga uma voz portugueza a protestar contra o facto, que se reputa obrigado a não esperar nem um dia para o estygmatisar.

Quer fallar do facto que todos conhecem de estar o ministro de Portugal em Paris figurando na relação dos directores da companhia de caminhos de ferro do norte e de leste!

Não quer classificar como poderia a conducta do ministro! Não seria elle, orador, que abusaria já-mais da inviolabilidade que lhe dá o seu lugar, para soltar expressões offensivas contra qualquer concidadão nosso! Mas a camara de certo comprehende qual a palavra que não quer proferir!

Ouvir a uma certa personagem do corpo diplomatico estrangeiro, quando leu no *Journal des Débats*, na *Presse* e outros, esta noticia, exclamar com assombro: «Pobre de mim! se caísse n'uma cousa d'estas! E vocês (elle dirigia-se a elle, orador) hão de consentir similhante abuso?»

Não quer que a exclamação do diplomata tenha echo lá fóra! Quer que se saiba que os portuguezes tem tanto como qualquer outro povo, o sentimento da dignidade nacional!

Mas ha mais! O annuncio que vem no *Journal des Débats* é falso. Diz-se ali que as cortes approvaram o contrato celebrado com D. José Salamaña, e isto é falso. As cortes são a camara dos deputados e a dos dignos pares, e todos sabem que n'esta ultima ainda nem começou a discussão! Ora o ministro de Portugal consentindo que o seu nome seja inserido n'esse annuncio menos exacto, não autorisa em nome de Portugal uma falsidade? uma falsidade proferida perante a Europa, uma cilada armada aos capitães estrangeiros?

Não prosegue. Manda para a mesa uma nota de interpellação, e espera que o governo se compenetrará da necessidade de vir quanto antes dar explicações sobre tão ponderoso assumpto.

A nota de interpellação é a seguinte: Desejo ouvir s. ex.ª o sr. ministro dos negocios estrangeiros, sobre o facto de figurar o nome do ministro de Portugal em Paris, como director da companhia dos caminhos de ferro do norte e de leste.—F. L. Mousinho de Albuquerque, deputado por Leiria.

O sr. Dias de Azevedo:—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho da Chamusca, contra a diminuição e fixação dos direitos na importação da aguardante e do azeite estrangeiros, e contra a lei permanente para a importação de cereaes, quando seja apresentada pelo sr. ministro da fazenda, segundo a sua promessa, e contra o projecto já apresentado pelo sr. deputado Affonseca. Folga de ver que a opinião dos seus constituintes está conforme com o voto que emittiu, e com quanto já não tenha lugar para esta casa a primeira parte da representação, será todavia conveniente que se conheçam na outra casa do parlamento, e no paiz, as idéas e opiniões dos representantes sobre este objecto: e pede ao sr. presidente que se digne enviar ás illustres commissões de agricultura e pautas esta representação, para a terem em consideração quando tratarem d'estes assumptos.

Pede ás illustres commissões, e aos seus dignos collegas, que tenham na maior consideração a nossa agricultura, unica taboia da nossa salvação, e que se compenetrarem bem de que despresada e desprotegida ella, morrerão todas as industrias e morrerá tambem o paiz.

O sr. Eleuterio Dias:—no dia 26 de março passado, fez um requerimento pedindo que pelo ministerio do reino fossem presentes a esta camara, as contas da receita e despesa dos theatros de D. Maria e de S. Carlos, requerendo ao mesmo tempo a urgencia d'este requerimento. Estamos a 20 de abril e ainda não appareceram as contas que pediu.

A opinião publica e a imprensa têm-se pronunciado altamente contra a actual administração d'aquelles theatros, diz-se, e tem ouvido a pessoas que julga competentes, que se tem gastado grandes sommas no seu custeamento; e por isso estando que a camara tem interesse immediato em conhecer e examinar aquellas contas, porque a esta camara compete saber em que são gastos os fundos publicos.

Sente que o sr. ministro do reino não esteja presente, porque desejava perguntar a s. ex.ª porque as contas pedidas não têm sido até hoje presentes n'esta camara.

Será por falta de tempo? Será por falta de empregados na secretaria do reino? De certo que não, sobre tudo depois das grandes e salutaras reformas que s. ex.ª fez n'aquella

jectos de lei em que se podem novos tributos que o povo não pode pagar, para ver o dinheiro desperdiçado de esta e de outras maneiras. Por agora não diz mais coisa alguma, e manda para a mesa a renovação do seu requerimento, pedindo ao sr. ministro do reino que de certo pôde ler no *Diário de Lisboa* o que deixa dito, que mande quanto antes as contas pedidas a esta camara, para serem examinadas.

O sr. *Luiz Albano*.—Hontem foram remetidos á camara pelo ministerio do reino os esclarecimentos que pediu do plano dos estudos medicos da universidade, e das escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto. A parte relativa á universidade satisfaz completamente ao seu requerimento; e do Porto não satisfaz tambem a cada um dos quesitos do seu requerimento; mas a escola medico-cirurgica de Lisboa na resposta que deu, não pôde tirar d'ella o partido que deseja, e por isso manda para a mesa um outro requerimento.

O sr. *Gaspar Pereira*.—É parente e amigo particular do cavalheiro a quem ha pouco se referiu o nobre deputado o sr. Mousinho de Albuquerque, na nota de interpellação que mandou para a mesa; e honra-se com a amizade do sr. visconde de Paiva, nosso ministro em Paris; que ninguém o offendeu, mas não pôde ficar silencioso depois de uma certa impressão desagradavel que pareceu ter produzido a leitura da nota de interpellação. Não o fascinam nem os laços de sangue, nem os da amizade particular.

Sabe, e todos sabem que o sr. visconde de Paiva tem prestado ao seu paiz serviços importantissimos: d'isso tem elle os mais evidentes e honrosos testemunhos; considera-o incapaz de faltar aos seus deveres; e sente muito que não esteja presente algum dos srs. ministros, principalmente do sr. presidente do conselho, que não deixaria de dar testemunho do que acaba de dizer. As nossas leis permitem a entrada de todos os funcionarios, ainda os de mais alta categoria nas companhias anonymas, como pôde ver-se nos alvarás que approvaram algumas companhias importantes entre nós. Não discute agora a materia, mas pede desde já que o seu nome se lance na inscripção para tomar parte na interpellação annunciada, e está convencido de que ha de ser plenamente justificado o procedimento do nosso ministro em Paris.

O sr. *Presidente*.—Não pôde deixar de notar que lhe parecem meos opportunas e extemporaneas as reflexões sobre um assumpto d'esta ordem, para que está já annunciada uma interpellação do sr. deputado; e por consequencia não pôde dar seguimento a uma discussão que não tem base.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*.—requer que se consulte a camara se lhe permite dar algumas explicações sobre este objecto.

A camara annue.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*.—não abusará da bondade da camara para tratar de novo o assumpto, que espera em breve ter occasião de desenvolver quando o governo se declarar habilitado a vir responder.

Só quer explicar ao seu collega o sr. Gaspar Pereira, que não quiz offender o seu parente e amigo visconde de Paiva.

Crê que a camara ouviu toda que disse que nunca abusaria de inviolabilidade da sua posição para offender um seu concidadão. Tambem tem conhecimento com o visconde de Paiva, e deve-lhe a fineza de uma franca e cordal convivência quando elle mesmo estava no estrangeiro.

Censuro o facto. Se o facto é falso, a censura não toca ao sr. visconde de Paiva ou a pessoa alguma. Se o facto não é censuravel; se é licito, meritorio, em nada ficaria injuriado quem o praticou. É isso que a camara apreciará em occasião competente.

Termina mandando para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho que a presidencia fixe o dia para o sr. ministro dos estrangeiros vir responder ás minhas interpellações.» F. L. *Mousinho de Albuquerque*.

O sr. *Presidente*.—não pôde designar dia para se verificar esta interpellação em quanto o governo se não der por habilitado para vir responder a ella; e por consequencia offerece-se ao sr. ministro convidando-o para que quanto antes venha dar explicações sobre o facto, e é n'este sentido que submete a proposta á decisão da camara.

É approvada a proposta.

O sr. *Alves Martins*.—o sr. ministro dos negocios estrangeiros está incommodado, e provavelmente não poderá vir á camara, mas pede que venha qualquer membro do governo responder a esta interpellação.

O sr. *Palma*.—envia para a mesa um projecto de lei.

O sr. *B. F. de Abranches*.—pediu a palavra para remetter para a mesa um requerimento, esperando que o governo pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar informe a esta camara, qual é a cifra que, segundo as ultimas noticias de Loanda, o cofre da junta da fazenda d'aquella provincia deve aos cofres da junta protectora, e dos defuntos e ausentes.

Sento que não esteja presente nenhum dos srs. ministros, para lhes pedir que hajam de concorrer, para que, pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar, se satisfaca a varios requerimentos que elle orador tem feito n'esta casa, o que não reputa ociosos nem inúteis, porque depois de satisfeitos hão de servir de base, ou para apresentar alguns projectos de lei, ou para fundamentar algumas interpellações que tem annunciado a s. ex.ª o sr. ministro dos negocios da marinha e ultramar. Na presente sessão legislativa tem feito varios requerimentos, e sente que só a um d'elles tenha o governo dado solução.

O objecto do presente requerimento é importante, e até elle, orador, desejaria saber o estado das contas das juntas da fazenda do ultramar, em relação aos cofres das juntas protectoras, e dos defuntos e ausentes, porque sabe que em todas as provincias, ou em quasi todas, as juntas da fazenda têm indevidamente lançado mão dos dinheiros existentes nos cofres dos defuntos e ausentes, bem entendido, para occorrer a despesas da provincia, o que comtudo não deixa de ser um abuso, porque esses dinheiros pertencendo ou a credores ou aos herdeiros dos defuntos e ausentes, a junta não é mais senão uma fiel depositaria do que arrecada, e por isso não tem direito algum a dispor d'esse sagrado deposito. Porém, por em quanto, não querendo sobre-carregar a secretaria da marinha com mais trabalhos, por isso apenas deseja que o governo mande satisfazer aos requerimentos que elle, orador, tem feito na presente sessão legislativa, e pede a urgencia de todos para devidamente poder cumprir o seu mandato.

Desde já declara, que quando for satisfeito o requerimento que mandou para a mesa, ha de interpellar a s. ex.ª o sr. ministro da marinha, acerca da maneira por que tenciona mandar satisfazer esses saldos, que sabe existem contra as juntas da fazenda, e das providencias que tenciona tomar para se evitar que para o futuro as juntas da fazenda lancem mão dos dinheiros existentes nos cofres dos defuntos e ausentes.

O sr. *Ministro da justiça* (Mártens Ferrão).—tendo sido distribuido pelos srs. deputados um exemplar das medidas que apresentou á camara, e achando-se n'esse exemplar algumas incorrecções de phra-

ses e erros de redacção, que ainda que simples, alteram de algum modo o que litteralmente está nas propostas originaes que apresentou á camara, entendo dever fazer esta declaração para conhecimento dos srs. deputados.

Declara tambem que no extracto do *Diário* relativamente a uma interpellação que lhe foi dirigida pelo sr. Alves Martins, não vem bem explicito o sentido em que respondem ao mesmo sr. deputado, e como se tratava de um assumpto melindroso, como é o da liberdade de imprensa, precisa declarar que o que se lê n'aquelle extracto não indica a sua opinião.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

O sr. *Presidente*.—entra em discussão o parecer da commissão de verificação de poderes, sobre as eleições dos circulos n.º 157 e 159, que é o seguinte:

Senhores.—A commissão de verificação de poderes foram presentes as actas e mais papeis relativos á eleição de deputados nos circulos eleitorais n.º 157 (Angra do Heroismo), e 159 (Villa das Velas); e havendo a commissão examinado com o devido escrupulo todo o processo, tem a honra de sujeitar á vossa deliberação o seu parecer pela forma e ordem seguinte:

CIRCULO N.º 157

Numero total dos votantes..... 1:204
Maioria absoluta..... 603

O bacharel Jacome de Bruges obteve 996 votos, sendo o immediato o cidadão Manuel Homem de Noronha, com 207 votos.

Correspondendo o numero de votantes ás descargas nos cadernos de recenseamento; tendo sido cumpridas no decurso do processo eleitoral todas as prescripções e solemnidades da lei; e não se apresentando protesto ou reclamação alguma: é a commissão de parecer que a eleição do circulo n.º 157 deve ser approvada, sendo proclamado deputado o cidadão Jacome de Bruges, cujo diploma acha conforme e legal.

CIRCULO N.º 159

Numero total dos votantes..... 1:409
Maioria absoluta..... 705

O cidadão Pedro Roberto Dias da Silva obteve 909 votos, alcançando 500 o bacharel José Pereira da Cunha Silveira e Sousa.

Nenhuma irregularidade ha a notar n'esta eleição, em que foram cumpridas todas as prescripções da lei, não se dando protesto ou reclamação.

Em vista d'isto é a commissão de parecer que a eleição do circulo n.º 159 deve ser approvada, e proclamado deputado o cidadão Pedro Roberto Dias da Silva, cujo diploma está conforme e legal.

Sala da commissão, em 16 de abril de 1860.—
José Marcelino de Sá Vargas—Antonio Rodrigues Sampaio—Rodrigo Nogueira Soares Vieira—Justino Antonio de Freitas—Antonio Augusto Correia de Lacerda.

É approvado sem discussão, e proclamados deputados os srs. Jacome de Bruges e Pedro Roberto Dias da Silva.

O sr. *Presidente*.—fica por discutir o parecer do circulo n.º 158 que foi adiado até que a commissão apresente um novo parecer, em virtude dos documentos que foram apresentados na camara depois de dado o primeiro parecer.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO, NA ESPECIALIDADE, DO PROJECTO N.º 21

O sr. *Presidente*.—continua a discussão dos artigos 2.º e 3.º

O sr. *Moraes Carvalho*.—competindo-lhe hontem a palavra quasi no fim da sessão, teve, pela primeira vez, de pedir-lhe ficasse reservada para hoje, não com o fim de demorar o debate, mas para apresentar o resto das considerações que tinha a fazer sobre os dois artigos em discussão.

Quanto ao § 1.º do artigo 2.º repete que lhe parece que o projecto satisfaz melhor ao fim que se tem em vista, do que todas as emendas e additamentos que se lhe tem apresentado.

Quanto ao § 2.º, parece-lhe que a redacção pôde ser mais clara, sem com tudo participar das apprehensões que alguns srs. deputados mostraram ter por elle.

Neste § trata-se do direito de transmissão sobre a propriedade movel por titulo gratuito, e o sr. Mello Soares, tratando d'esta materia, mostrou ter alguma apprehensão sobre introduzir-se aqui a doação *causa mortis*, por poder ser revogada até á morte. É verdade que estas doações dependem sempre da ultima vontade do homem, e por consequencia são sempre revogáveis *ad libitum*; mas parece que não ha lugar a apprehensão alguma, visto dizer-se que ficam em vigor n'esta parte as disposições da lei de 12 de dezembro de 1844, que é expressa a este respeito. Parece-lhe que o artigo podia passar como está; entretanto havendo uma proposta que a commissão aceitou e que explica melhor o artigo, não tem duvida em votar por elle.

Alguns espiritos mais reciosos julgam ver n'este assumpto um embaraço; julgam que os titulos de divida publica fundada e acções de companhias em todas as transmissões ficam sujeitos a este imposto. Esta apreciação parece-lhe meos exacta, porque se trata aqui só da transmissão gratuita, e não da onerosa; mas a commissão, obtemperando aos desejos dos srs. deputados, apresentou dois additamentos a este respeito, declarando no primeiro que ficam incluidos na disposição d'este § 2.º do artigo 2.º os titulos de divida publica fundada, as acções de companhias, as acções de bancos e as acções de sociedades. Persuade-se de que o additamento é superfluo, mas como explica melhor o conceito do § 2.º, não lhe faz opposição.

Mas a commissão fez outro additamento a respeito da excepção do artigo 3.º, dizendo que ficam excluidas do imposto de transmissão as vendas de titulos de divida publica, acções de bancos, companhias e sociedades, e quaisquer papeis de credito, e as trocas de uns por outros d'estes valores. Faz-se aqui uma excepção que não sabe a que proposito venha. Se estes titulos de divida publica e acções não são comprehendidos no § 1.º do artigo antecedente, que trata unicamente da propriedade movel, se no § 2.º se decide que a propriedade movel só pague quando é transmissivel por titulo gratuito, não sabe para que seja esta excepção; entende pelo contrario que é perigosissima e antinomica com a disposição do artigo antecedente.

Quando viu este additamento persuadiu-se de que se verificava o caso de Jupiter quando tinha deferido ao pedido das rãs, que, queixando-se do primeiro rei que lhes mandou que era inoffensivo, lhes mandou segundo muito mau; não são estes os designios da commissão, mas são as consequencias que se deduzem do additamento.

É um principio de jurisprudencia, nunca contestado, que a excepção firma a regra em contrario, por consequencia se se diz que ficam isentos do imposto os titulos de divida publica, as acções de bancos e companhias, etc., a consequencia forçosa é que todas as transmissões por titulos onerosos ficam isentas do direito de transmissão.

Ha outra circumstancia. Falla-se, note-se bem, na troca de uns por outros valores, de modo que, quem trocar inscripções por acções de bancos ou acções de companhias fica isento do imposto, mas quem quizer fazer a troca d'esses titulos, por exemplo, por uma rica mobilia ou por um navio, está sujeito ao imposto, attendendo a esta excepção; por

consequencia entende que tal excepção não pôde ser approvada, e por isso manda para a mesa uma proposta para que se supprima este additamento.

Pelo que respeita ao § 1.º do artigo 3.º da lei, o sr. Barros e Sá combatu esta disposicão, considerando que as doações para casamento em virtude de contratos anti-nupcias deviam ser comprehendidas na excepção da transmissão, por isso que ellas em grande parte traziam consigo encargos; e acrescentou mais, que ainda mesmo quando se considerasse gratuito este titulo de transmissão, não podia comprehender os individuos que tratavam de casar-se, mas que ainda não estavam casados, e que por isso não podiam merecer a denominação de conjuges.

Em primeiro lugar os encargos de matrimonio dimanam do matrimonio e não da doação, alem de que as doações anti-nupcias mostram a existencia de bens, e é necessario não confundir o facto do matrimonio com os efeitos do casamento.

Disse mais o sr. Barros e Sá, q. os individuos não podiam ser considerados como conjuges antes de casados; é verdade, mas essas doações são feitas debaixo da condição de casamento; se fossem n'outro sentido, estavam sujeitas ao imposto de transmissão, mas sendo feitas sobre condição de casamento estão debaixo da disposição da lei de 12 de dezembro de 1844.

O mesmo sr. deputado Barros e Sá quiz que se additasse ao § 1.º do artigo 3.º que trata sómente da isenção a respeito dos ascendentes, descendentes ou conjuges, tambem os irmãos.

Os graus de parentesco podem regular-se segundo os principios de direito canonico, ou segundo os principios de direito civil; mas todos os homens dados ao estudo das leis sabem a differença que ha entre o direito canonico e o direito civil, e entende que n'esta parte nos devemos regular antes pelos principios de direito civil.

Alguns srs. deputados, como o sr. Barros e Sá, têm visto na disposição da lei que exclue os irmãos da isenção do imposto um ataque aos laços de familia, e tem argumentado chamando a questão para o campo do sentimentalismo.

Entende que a familia é a base da sociedade, e que esta não pôde existir sem a familia, assim como a familia não pôde existir sem o individuo. A familia existe sempre no chefe de que descende, e o irmão faz parte da familia, em quanto está na familia, mas da familia do paiz, e não da do irmão; e em quanto existir o chefe da familia, o irmão não é herdeiro senão debaixo de certas circumstancias.

Faz mais algumas considerações em demonstração desta proposição, e conclue votando pelos artigos 2.º e 3.º do modo que indicou no seu discurso. Lê-se na mesa a seguinte emenda:

«Proponho a supressão do additamento da commissão ao artigo 3.º—*Moraes Carvalho*.»

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. *Justino de Freitas*.—por parte da commissão, manda para a mesa a seguinte substituição aos artigos 2.º e 3.º, declarando que n'esta substituição eram comprehendidas as emendas que a commissão julgou que deviam ser adoptadas:

«Substituição, por parte da commissão, aos artigos 2.º e 3.º do projecto n.º 21.—Artigo 2.º São sujeitos á contribuição de registro:

1.º Os actos que importam transmissão perpetua ou temporaria de propriedade immovel, de qualquer especie ou natureza, por titulo gratuito ou oneroso, qualquer que seja a denominação ou forma de titulo:

Comprehendem-se n'esta categoria os contratos de constituição de emphyteuse, sub-emphyteuse, censo, e quaisquer outros que impliquem transmissão de propriedade até agora não sujeita ao pagamento da siza.

2.º Os actos que importam transmissão de propriedade movel de qualquer especie e natureza comprehendidos os titulos de divida publica e acções de bancos, companhias ou sociedades anonymas, e quaisquer papeis de credito, e bem assim os direitos e acções de valor excedente a 100,000 réis por successão testamentaria ou legitima, por dote e doação *inter vivos* ou *causa mortis*, verificada por esta a transmissão.

Art. 3.º Não são sujeitos á contribuição de registro:

1.º Os actos de transmissão de propriedade movel e immovel por titulo gratuito entre ascendentes, descendentes, conjuges ou esposos, quanto aos contratos anti-nupcias, verificando-se o casamento.

2.º Os actos de transmissão de propriedade movel ou immovel por titulo gratuito, feita a misericórdias, hospitais, casas de expostos, asylos de mendicidade ou infancia desvalida, casas de educação gratuita, ou quaisquer outros estabelecimentos de beneficencia autorizados pelo governo.

3.º As subrogações feitas em conformidade das leis por titulos de divida publica fundada de bens vinculados em morgado ou capella, ou pertencentes a estabelecimentos publicos, corporações religiosas, irmandades, seminarios, collegiadas, cabidos, e camaras municipaes, e quaisquer outros bens de camara morta.

4.º Os aforamentos de bens vinculados e de terrenos que nunca fossem cultivados, e bem assim as renovações de quaisquer prazos de vidas.

5.º As vendas de bens e as vendas e remissões de fôros, censos e pensões pertencentes ao estado, ou esteja na posse da fazenda, ou na de donatarios, na conformidade da legislação vigente.

6.º Os actos de expropriação por utilidade publica.

7.º Os actos de transmissão de propriedade litteraria ou artistica, quer seja por titulo oneroso, quer por titulo gratuito.

Relator, *Justino Antonio de Freitas*.

O sr. *Presidente*.—declara que esta substituição fica em discussão, para ser apreciada pelos oradores.

O sr. *Rocha Peixoto* (sobre a ordem).—julgando que a camara não está habilitada para continuar na discussão do projecto, porque elle mudou de caracter pela apresentação da substituição, manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho que a substituição aos artigos em discussão, apresentada pela commissão seja impressa e distribuida.» *Rocha Peixoto*.

É admittida á discussão.

O sr. *Presidente*.—a camara resolveu que todas as moções apresentadas durante o debate, depois de admittidas, ficassem em discussão juntamente com a materia principal, e com quanto lhe pareça que a proposta do sr. deputado está comprehendida n'esta resolução geral, comtudo vae consultar a camara, e ella resolverá, se quer que a respeito d'esta proposta se proceda como se tem procedido acerca das outras.

Consultada a camara resolve que a proposta do sr. Peixoto, fique tambem em discussão conjuntamente com a materia.

O sr. *Rocha Peixoto*.—pede que esta proposta não seja empalmada na votação como foram as propostas do additamento...

Vozes:—ordem! ordem!

O sr. *Presidente*.—o sr. deputado já declarou que era novo no parlamento, que ignorava as praticas parlamentares, de certo ha de receber, como é proprio do seu caracter e intelligencia as advertencias que os mais antigos lhe fizerem, e isto no sentido da boa ordem e mesmo do credito do sr. deputado (*apoiados*). Na conformidade do regimento não se deve usar no parlamento de palavras mal

soantes, d'onde possa inferir-se uma idéa menos favoravel e menos polida, com relação a pessoas e a cousas, e espera que o sr. deputado reconheça que o termo de que se serviu não é proprio para se usar n'esta casa (*muitos apoiados*).

O sr. *Rocha Peixoto*.—retira a phrase *empalmar*; o emprego d'ella foi talvez filho do estado da excitação em que ficou pela votação da camara, sobre a sua proposta para que fosse impressa a substituição, mas não tendo sido propostos á votação os additamentos que foram admittidos antes da materia se discutir, e tendo feito duas propostas que foram classificadas de adiamento, entendeu do seu dever notar esta falta que houve em propor á votação os additamentos que deviam ser votados antes da materia.

O sr. *Presidente*.—deve dar uma explicação a este respeito, porque é a segunda vez que se faz referencia a este facto. É verdade que os additamentos não tiveram uma votação especial; mas tambem é um facto que se requereu a votação nominal sobre a generalidade do projecto; e a camara resolveu que a votação fosse nominal, e o resultado foi ser approvado o projecto na generalidade por uma grande maioria, por 91 votos contra 20.

Sendo por uma votação nominal tão expressamente manifestada a vontade da camara, a mesa não podia deixar de entender que os additamentos estavam prejudicados, mas se n'essa occasião o sr. deputado tivesse reclamado, a votação de certo havia de ter logar; mas não reclamou, a camara tinha manifestado a sua vontade de um modo acima de toda a duvida, e por consequencia a mesa entendeu que a votação sobre os additamentos era desnecessaria, mas não teve intenção de supprimir um acto que fosse do seu dever praticar (*muitos apoiados*).

Continua a discussão sobre a materia.

O sr. *Visconde de Portocarrero*.—antes de entrar na materia em discussão, que eram os artigos 2.º e 3.º do parecer, e que agora foram substituidos pela illustre commissão por outros artigos que foram lidos na mesa, mas que não ouvia distinctamente, parecendo-lhe com tudo que elles não alteram o pensamento dos ditos dois artigos que se rejeita (tendo por isso offerecido aos mesmos uma substituição), cumpre-lhe dar uma explicação á camara para não parecer incoherente, tendo rejeitado o parecer quando se discutiu na sua generalidade.

Tendo votado o caminho de ferro á excepção da modificação 3.ª, pareceria haver contradicção da sua parte rejeitando o projecto na generalidade em que o governo propunha alguns meios para se levar a effecto. Rejeitou o projecto na generalidade porque tendo-se proposto additamentos, e não se tendo submettido á votação da camara esses additamentos, não lhe parecia que antes de votados se podesse entrar na materia do parecer da commissão, e haver manifestada contradicção n'esto proceder; alem d'isso porque considera o parecer no seu pensamento minimamente fiscal. Dada esta explicação entrará na materia.

Não é sua intenção embaraçar a adopção de medidas reclamadas pelos interesses publicos, conhece que o governo está lutando com grandes difficuldades, e que são só as circumstancias em que se acha collocado que obrigaram o sr. ministro da fazenda a lançar mão de meios que estão pouco em harmonia com as verdades e principios economicos que s. ex.ª muito bem conhece, e que tem expellido n'esta casa com aquella proficiencia e talento de que é dotado; por quanto tem de prover ao pagamento dos servidos do estado, pagar os juros da divida, as despesas que circumstancias extraordinarias tem occasionado, e aquellas que exige o desenvolvimento das vias de communicacão.

Que a questão do imposto, é a questão economica de todos os governos. O imposto é sempre um mal, por que impede a formação de capitales que são a fonte da industria e da riqueza das nações, mas como o imposto é um mal necessario, é preciso que seja lançado de modo que não ultrapasse os limites alem dos quaes começa a prejudicar a produção, portanto a incidencia do imposto não é indifferente. A difficuldade que offerece a execução dos artigos d'este projecto puramente fiscal, que não foram alterados pela substituição agora apresentada pela illustre commissão, o arbitrio que o projecto deixa ao governo ou aos seus agentes, a contradicção de todos os principios economicos que n'elle apparece, contra as suas doutrinas professadas pelo sr. ministro da fazenda, e por alguns dos srs. membros da commissão de fazenda, quando em 1853 aqui se discutiu a lei da contribuição predial, obrigam-o a adoptar antes as doutrinas d'esse tempo de que as que se estabelecem n'estes artigos, cujo pensamento não é alterado pela substituição: n'esse tempo disse o sr. Casal Ribeiro «o imposto sobre o algodão, o ferro, a lã, o linho, tende a tornar cara e difficil a vida do operario e do trabalhador, bem como o imposto sobre as materias primas». O mesmo senhor fallando do *Land tax* que na sua origem fôra fixado por Pitt em 2 milhões de libras, de que elle propoz a remissão, ficando livre aos contribuintes o resgate d'este imposto, disse «que d'este modo se convertia em uma especie de fôro ou censo, e acrescentou que por este lado o imposto era fortemente censurado, porque havia n'elle uma especie de alienação, em favor do estado, de uma parte do dominio predial.»

O governo e a commissão olhou este objecto só pelo lado fiscal e não pelo lado economico; obter dinheiro para as despesas publicas, a maior somma de dinheiro que possa alcançar-se é o fim do parecer.

Os que o tem defendido tem-se dado a um improbo trabalho, querendo conciliar e harmonizar cousas inconciliaveis, porque a verdade é que a incidencia do imposto é falsa, economicamente fallando. As sizas foram reduzidas pelo decreto de 19 de abril de 1832 a 5 por cento, pelas solidas rasões do relatorio que o precede. Quer a camara saber algumas das rasões de que se serviu o sr. Mousinho da Silveira no dito relatorio muito extenso e muito bem elaborado? É preciso (diz elle) buscar na economia, na ordem, na justiça, supplementos d'aquella renda de ouro com que Lisboa pagava suas commodidades á industria estrangeira, e taes supplementos existem na fertilidade da terra e na bondade do cén. O caso está em aproveitar estes dois grandes elementos de riqueza, entre os quaes figuram os artigos das sizas, como o carvalho no meio dos arbustos a quem defeca, e com os quaes se une para que os frutos não crescam.

Este projecto é peor que o tal carvalho, é peor que a renovação dos artigos das sizas!

Diz mais o sr. Mousinho: «havendo uma contribuição directa (a decima) e outra pessoal (o mancio), e tendo o povo a faculdade de comprar o que lhe falta aos estrangeiros, pagando direitos de entrada, e os habitos d'estas compras, estão abertos os meios para a gente entregar fielmente ao governo quanto pôde dar, porque a estas duas bicas vem o suor todo que a humanidade pôde derramar sem se destruir; multiplicar os nomes das receitas é diminuir a mesma receita na razão da superior despeza da cobrança; assim podem augmentar-se as bicas de uma nascente e julgar-se mais rica em agua, mas se d'antes havia bica mais espaçosa para toda, a agua não cresce por ser dividida por mais bicas.»

Se nas transmissões por titulo oneroso as sizas são reprovadas pela sciencia porque affectam o capital, e se, depois da experiencia tentada em 1841, foram outra vez reduzidas a 5 por cento por de-

creto de 25 de junho de 1851, porque as transacções sobre a propriedade se difficultavam em consequencia d'esse augmento, e porque d'essa alteração não resultou o effecto que se esperava; que se dirá da extensão que se pretende dar a todas as transacções por titulo oneroso para as sujeitar ao imposto?

As promessas de venda sujeitas ao imposto! Que grande violencia não é sujeitar o vendedor, que é sobre quem em ultima analyse recae o tributo, a pagar o mesmo antes de uma venda que por ventura se não realisa! E os direitos e as acções sujeitas tambem ao imposto! Quando esses direitos se traduzissem em factos ainda se poderia admitir, mas assim não se concebe! E quem ha de liquidar esses direitos? O escrivão de fazenda que, segundo o projecto, fica sendo o arbitro da propriedade dos cidadãos (*apoiados*).

E as emphyteuses? Assim como o imposto das sizas affecta o capital, o imposto sobre a emphyteuse affecta tambem o capital, embaraçando as transacções; alguém disse, defendendo o imposto das sizas, que elle era muito antigo, e existia já antes da monarchia na antiga Lusitania, e isto lá se vê no relatorio que precede a lei que aboliu os artigos das sizas, escripto pelo sr. Mousinho da Silveira, e isto adduzindo-se como argumento para estender o imposto a todas as transacções por titulo oneroso; mas não se viu o mesmo relatorio na parte em que se mostrava a necessidade de acabar com aquelle tributo. Se, por serem antigos os artigos das sizas, não se devia bolir n'elles, tambem por ser antiga a emphyteuse, e não ter sido nunca onerada com este imposto, não o devia tambem ser agora: os que aforam terrenos inculcos para cultivar, são entre nós ordinariamente pequenos proprietarios ou jornalheiros que, tendo de pagar o imposto, são naturalmente desviados de effectuar os contratos em prejuizo seu e da agricultura: todos sabem como, em virtude dos aforamentos, têm prosperado as provincias do norte; a nomeação que os paes fazem dos prazos em um dos filhos tem o effecto da união das familias, e da sua moralisação.

Nas ilhas dos Açores seria um dos meios conducentes a evitar o diminuir a emigração o aforamento de muitos terrenos inculcos, que ainda ali existem, sendo estes aforamentos feitos em pequenas porções aos jornalheiros, que por não terem propriedade, e receberem pequenos jornaes, 150 ou 200 réis fracos, se vêem obrigados a emigrar. Nos terrenos cultivados ordinariamente os aforamentos são feitos pela renda; quem os afora é porque quer cultivar melhor os mesmos terrenos, e tirar d'elles maior proveito; porque os rendeiros como não têm o dominio, não se animam a fazer beneficencias, e ordinariamente só querem destruir: assim obstar a estes aforamentos é prejudicial tambem á agricultura, pela mesma razão é punir o trabalho que é origem da riqueza. Se estes terrenos forem melhor cultivados, não tirará o estado mais rendimento da contribuição predial do que da adopção do principio esterilizador de todas as transacções? Para que se querem estradas e caminhos de ferro? É para pôr os productos da terra e da industria mais em contacto com as precisões de consumo dos habitantes do paiz: mas como hão de estes caminhos de ferro ser alimentados, se por outro lado em contradicção manifesta com os principios que os determinaram, se suffocam com projectos como este os germens que lhes hão de dar vida? Assim não pôde votar se não pelas disposições da lei de 12 de dezembro de 1844 quanto ás transmissões por titulo gratuito, admittindo o augmento da quota do projecto; e quanto ás transmissões por titulo oneroso, não pôde votar senão pelas provisões do decreto de 23 de junho de 1851, nos termos da substituição que mandou para a mesa.

Parecia-lhe melhor, que adoptando o sr. ministro da fazenda em parte o systema de Gladstone, chanceller do thesouro em Inglaterra, que apesar do grande *deficit* ainda o augmentou com differentes reduções nas sizas, e na abolição de direitos nas alfandegas, achando meios de cobrir esse *deficit*; s. ex.ª conforme com as suas opiniões, propozesse em vez d'este projecto de lei, a diminuição de alguns dos direitos da pauta, como os dos generos coloniaes, os das materias primas, e d'aquelles que fazem mais cara a subsistencia do povo. Seria uma experiencia que lhe parece não diminuir o rendimento pelo maior consumo: nada perdia, porque reduzindo-se em consequencia os salarios, favorecia-se a agricultura e a industria do paiz, e se por ventura a experiencia mostrasse que o *deficit* do rendimento na alfandega, em consequencia d'essa redução era grande, o que não esperava acontecesse, então poderia recorrer a outros meios. Entende que faria mau serviço ao governo, a quem não deseja fazer opposição, se lhe votasse estes artigos e esta lei, na amplitude em que se acha. Pôde ser que esteja em erro, mas vota com a consciencia segura, assim como certamente o fazem todos os mais srs. deputados.

O sr. *Mousinho de Albuquerque*.—requer que se julgue discutida a materia dos artigos 2.º e 3.º

Resolve-se affirmativamente.

O sr. *Presidente*.—vae-se votar sobre as emendas offerecidas.

Posta á votação a proposta do sr. Rocha Peixoto, não é approvada.

Os srs. Moraes Carvalho, Pinto Martins e Mello Soares pedem licença para retirar as suas propostas, ao que a camara annue.

Posta a votos a emenda do sr. Aragão, é rejeitada.

A emenda do sr. Moraes Soares, prejudicada.

discuta juntamente com o artigo 4.º os artigos 5.º e 6.º.

É aprovado.

O sr. Presidente:—ficam por conseguinte em discussão os tres artigos.

O sr. B. P. de Abranches (sobre a ordem):—pediu a palavra sobre a ordem, mais para obter uma resposta da illustre commissão em relação ás palavras do artigo 4.º em territorio portuguez—do que mesmo para mandar uma moção; no entretanto como pediu a palavra sobre a ordem, declara que a sua moção é um additamento ao artigo 4.º para depois das palavras em territorio portuguez—se acrescentar—tanto do continente como do ultramar.

Elle, orador, sempre entendeu que pelas expressões alludidas, e que se acham no artigo 4.º se devia entender que esta lei é para reger tanto no reino como no ultramar; (O sr. ministro da fazenda, e o sr. Justino de Freitas—apoiados), porém como em relação á legislação que actualmente regula o pagamento dos direitos de transmissão, vê n'umas provincias ultramarinas vigora a carta de lei de 12 de dezembro de 1844, e n'outras, como em Moçambique, vigora o alvará de 17 de junho de 1809, alvará este que estabelece um excessivo imposto de transmissão; por isso deseja que fique bem expressa a idéa de que a nova lei seja tambem applicada para o ultramar.

Com quanto pelo artigo 15.º do acto additional, se estabeleça como excepção, que as provincias ultramarinas possam ser governadas por leis especiaes, segundo o exigir a conveniencia de cada uma d'ellas, o que firma a regra estabelecida na carta, de que todos os portuguezes são iguaes, e tem direito de serem governados por identicas leis; segue-se que em quanto se não provar a necessidade da conveniencia de que falla o acto additional, devem todos estar sujeitos ás mesmas leis, o que contudo não aconteceu em relação ás leis que até hoje regulam o pagamento dos direitos de transmissão, porque n'umas provincias ultramarinas, como disse, vigora a lei de 1844, e n'outras o alvará de 1809, e por isso deseja que a nova lei se cumpra tanto no continente como no ultramar, e para esse fim manda para a mesa o seguinte additamento ao artigo 4.º:

«Depois das palavras em territorio portuguez—acrescente-se—tanto do continente, como do ultramar.—Bernardo Francisco de Abranches, deputado pela ilha de S. Thomé.»

O sr. Justino de Freitas:—declara ao sr. Abranches que, dizendo o artigo 4.º «São sujeitos á contribuição de registro todos os actos que operem transmissão de propriedade, situada ou existente em territorio portuguez», não ha duvida que as nossas possessões do ultramar são comprehendidas na disposição d'este artigo, porque são territorio portuguez. O pensamento da commissão foi comprehender as nossas provincias ultramarinas nas disposições da lei.

O sr. Mello Soares (sobre a ordem):—manda para a mesa o seguinte additamento ao artigo 6.º:

«Nos contratos de permutação a contribuição será de 3 por cento sobre o valor de cada um dos bens permutados.—Mello Soares.»

É admittido, e fica em discussão.

O sr. Azevedo Pinto (sobre a ordem):—apresenta o seguinte additamento ao artigo 5.º:

«Os collateraes no 2.º grau, a quem por direito compete o direito de representação, são equiparados, para o effeito d'este artigo, aos collateraes no 1.º grau, quando com elles concorrerem na successão por virtude d'aquelle direito.—M. C. de Azevedo Pinto.»

É admittido, e fica em discussão.

O sr. Pequito:—tem algumas duvidas sobre os artigos 5.º e 6.º, vae expô-las, e pede á commissão que os esclareça.

Pelo artigo 5.º o imposto é de 3 por cento entre collateraes no 1.º grau, e no 5.º unico diz-se, que os graus se contam segundo as regras do direito canonico. Deseja que a commissão lhe diga quaes são os parentes collateraes que ella julga comprehendidos no 1.º grau pelo direito canonico, porque no direito canonico conta-se por modo muito differente do que se conta no direito civil.

Que tributo ha de pagar uma herança que se transmite de um tio para um sobrinho? Ha de pagar 3 por cento, ou ha de pagar mais. Segundo a redacção do artigo não pôde saber, e deseja que a commissão o explique.

No artigo 6.º é maior a sua duvida, porque vê exacerbado um tributo que devia ser extinto. O tributo de transmissão dos bens immoveis por titulo oneroso só tem outro peor nos dizimos. Todas as regras mais triviaes da economia politica estrechem quando se diz que o tributo da siza vae ser augmentado, porque este tributo é o d'aquelles que empobrecem. Em regra geral, quem paga o tributo da siza é aquelle que vende com precisão, porque o comprador no offerecimento do preço descontat-lhe a importancia da siza. Não ha razão nenhuma que justifique este imposto.

O sr. João de Mello disse que este tributo era adoptavel porque o povo está habituado a elle. O argumento não colhe; a colher, então restabeleçam-se os dizimos. O que se precisa saber é se o tributo está em harmonia com os principios da economia politica. De certo que não está, e muito menos o seu aggravamento.

N'outra epocha quando se tratou de votar direitos additionaes a impostos que estavam estabelecidos, alguns dos illustres deputados que estão hoje na maioria e no governo, disseram não cordámos, porque votar additionaes a impostos que estão em harmonia com os bons principios de economia politica, é aggravar o mal que existe. Pois agora por este artigo 6.º do projecto faz-se uma coisa identica, vae-se exacerbá-lo um mal. Em vez d'isto quizerá que se discutisse o orçamento em toda a sua latitude, comparando-se os tributos actuaes, e examinando-se detidamente quaes aquelles que estão mais em harmonia com os verdadeiros principios da economia politica, com o estado do paiz, e com a nova situação que nos deve trazer o desenvolvimento das obras publicas, e depois podiam estes ser augmentados. Só d'esta maneira é que podemos reformar convenientemente o nosso systema financeiro.

Actualmente paga-se de siza 5 3/4 por cento, agora por este artigo 6.º vao pagar-se 6 por cento. Está demonstrado segundo as melhores regras de economia politica que se ha imposto insustentavel é o das sizas, e nós vamos aggravá-lo entendo que isto não é possível, e que já fazemos muito não o extinguindo.

Está disposto a votar tributos ao governo; não ha ninguém da opposição nem da maioria que os não queira, porque todos sabem que as necessidades crescentes da civilização os exigem; mas é necessário não os votar ás cegas, sem se escolher a materia mais collectavel.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—a discussão ampla do orçamento, antes de se tratar do augmento das rendas publicas, para se fazer o exame e a comparação dos impostos existentes, podia ser necessaria para aquelles que contestassem a necessidade d'esse augmento; mas o illustre deputado que a não contesta, antes a reconhece, e que sabe bem os impostos que existem e aquelles que a sciencia indica, podia, independentemente da discussão do orçamento, fazer essa comparação, e substituir os meios que o governo propõe por outros que julgasse mais conformes aos principios da mesma sciencia e aos interesses publicos.

Sem tratar de qual é o modo de contar os graus de parentesco, limitar-se-ha a explicar o sentido do que está no artigo 5.º, para que, se a camera o quizer adoptar, vote a idéa, e depois a redija de modo que satisfaça a todas as interpretações e desejos. O que entende que está no artigo 5.º é que ficam pagando 3 por cento as successões e transmissões de irmão para irmão e nada mais; que ficam pagando 6 por cento as successões e transmissões de sobrinhos para tios, de tios para sobrinhos, e de primos co-irmãos; e tudo o mais fica pagando 10 por cento como os estranhos. Este é o sentido do que o governo dá ao artigo.

Tambem diria que este imposto não é conforme as regras de economia politica; e se achasse outro mais conforme com essas regras, adopta-lo-ia, mas na pratica não acha outro.

Este imposto está adoptado em muitos paizes, e na França é muito mais rigoroso do que entre nós, pois que abrange muitos outros actos da vida civil.

Entre nós, nas circumstancias actuaes, e em relação á propriedade, é onde este imposto de transmissão pôde ser menos combatido. Este imposto de transmissão não existe só em relação aos bens moveis e immoveis, dá-se em relação a outras especies, dá-se nos objectos de consumo para o sustento dos pobres, e em uma escala muito mais onerosa do que na transmissão da propriedade. O imposto de consumo pago nas barreiras é muito mais forte e pesado; porque ha generos que pagam 6, 10, 20, e até 100 por cento, e isto mesmo tem applicação aos impostos das alfandegas, porque o imposto que ali se paga faz augmentar o preço dos generos e torna por esse facto peor a posição dos consumidores. Os que querem adquirir propriedade são sempre aquelles que se encontram em melhor posição, e é sobre esses principalmente que o imposto da transmissão vae recair, e não sobre os pobres, como se disse, e por este lado não pôde tal imposto ser combatido.

Tendo pois justificado o pequeno augmento do imposto designado nos artigos em discussão, parece-lhe que estão no caso de serem votados pela camera (apoiados).

O sr. Moraes Carvalho:—a respeito da materia do artigo 5.º tinha formulado uma emenda, a qual se havia absteido de apresentar, limitando-se a fazer algumas recommendações á commissão a este respeito; mas depois das considerações que á camera foram apresentadas pelo sr. Pequito, e para dar maior clareza á lei, e facilitar-lhe mais a sua execução, não podia dispensar-se de apresentar essa emenda, que é a seguinte:

«Emenda ao artigo 5.º—Em lugar das palavras no 1.º grau—diga-se—no 2.º grau—

Em lugar das palavras no 2.º grau—diga-se—no 3.º e 4.º grau—

Em lugar das palavras—por direito canonico—diga-se—por direito civil.—Moraes Carvalho.»

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. Mello Soares:—havia pedido a palavra para responder ao sr. Pequito, mas o sr. ministro da fazenda fê-lo de um modo tão victorioso que não tinha nada a acrescentar, e por isso se limitava a mandar para a mesa um additamento, para que o artigo ficasse redigido n'uma linguagem que todos entendessem, deixando de se fazer a contagem dos graus por direito canonico, ou por direito civil.

O additamento é o seguinte:

«Art. 5.º—De 3 por cento entre irmãos.

De 6 por cento entre tios irmãos de paes e sobrinhos, e vice versa, e primos co-irmãos.

De 10 por cento entre outros quaesquer pessoas.—Mello Soares.»

É admittido, e fica tambem em discussão.

O sr. Pequito:—respondendo ao sr. ministro da fazenda, observaria a s. ex.ª que se não combatu o alargamento do imposto, foi porque não o pôde fazer em occasião competente, quando se discutiu o artigo 3.º.

Quem votou pelo alargamento do imposto, isto é, para que elle se estendesse aos contratos de compra e venda, não podia deixar de o votar com relação ás permutações; porém elle, orador, que tinha votado contra no primeiro caso, tambem votava do mesmo modo nos mais casos a que o imposto se tornou extensivo.

Em quanto á contagem por graus, ha n'isto alguma confusão, que é preciso tirar do projecto, para que na execução da lei não appareçam contestações a todo o momento.

Pode explicações á commissão sobre a disposição do 5.º unico do artigo 6.º, para que lhe dissesse, se os 3 por cento eram em relação á totalidade das propriedades permutadas, se em relação a cada uma d'ellas, pois que, comparando a disposição d'este paragrafo com a do artigo 10.º, parece existir alguma contradicção, ou, ao menos, alguma confusão.

A requerimento do sr. José Estevão é prorogada a sessão até se votarem os artigos em discussão.

A requerimento do mesmo sr. deputado é a materia julgada discutida.

A requerimento do sr. Moraes Carvalho resolve-se que a votação sobre os artigos seja feita salva a redacção, tendo-se em vista na ultima redacção as emendas que dizem mais respeito á redacção, do que á essencia dos artigos.

Posto a votos o artigo 4.º é approvedo, salva a redacção.

O artigo 5.º do mesmo modo, tendo a commissão em vista as emendas a elle offerecidas, para contar os graus do modo que entendesse conveniente.

O artigo 6.º approvedo salva a redacção.

Posto a votos o 1.º additamento do sr. Abranches ao artigo 4.º, é approvedo.

O 2.º do sr. Azevedo Pinto ao artigo 5.º é rejeitado.

O 3.º do sr. Mello Soares ao artigo 6.º é approvedo.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão —Eram quatro horas e um quarto da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes, na sessão de 20 de abril, á chamada ao meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Braamcamp, Correia Caldeira, Dias de Azevedo, Eluterio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Barros e Sá, Arrobas, Couto Monteiro, Pequito, Robalo de Azevedo, Lopes Branco, Fonseca e Mello, Aristides, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Bentode Freitas, B. F. de Abranches, Cyrillo Machado, Pereira da Cruz, Rebelo de Carvalho, Cypriano da Costa, Monsinho, Pereira Brandão, Francisco Antonio Barroso, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Costa e Silva (Francisco), Gavicho, Pinto Tavares, Rodrigues Batalha, Soares Franco, Gaspar Pereira, Palma, Jacintho de Andrade, Ferraz de Miranda, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Calça e Pina, Neutel, Faria Guimarães, Infante Pessanha, Dias Ferreira, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Chiripiano da Fonseca, D. José de Alarcão, Rojão, Mello Gouveia, Pedro Antonio Nogueira, Julio de Carvalho, Justino de Freitas, Nogueira, Albano de Andrade, Camara Leme, Freitas Branco, Mendes de Vasconcellos, Pinto Tavares, Affonseca, Carlos de Azevedo Pinto, Mariano Feio, Pinto Martins, Monteiro Castello Branco, Charters, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da França, Simão Maria de Almeida, Thiago Horta, Visconde de Pindella.

Projecto de lei provendo á construcção e conservação dos caminhos districtaes, vicinaes e ruraes, apresentado pelo sr. deputado Lopes Branco em sessão de 30 do mez proximo passado.

Senhores.—Quando se trata n'um paiz de prover ás suas vias de comunicação, é necessario reconhecer, que ellas não se reduzem unicamente ás estradas, que fazem o objecto das leis geraes, que são feitas para se emprenderem estes trabalhos, com os quaes se attesta a civilização de um povo, e o amor que elle dedica á sua prosperidade. Alem d'ellas, ha tambem as outras vias que, debaixo do nome de caminhos, são essencialmente necessarias, para completar o systema das vias de comunicação de um paiz.

Nos outros paizes esta parte da viação publica faz o objecto de muitas leis e providencias regulamentares; mas entre nós, e não ser na legislação antiga que n'esta parte o tempo actualmente applicação alguma, achamos sem ser providenciada, como convem, e maior necessidade exige.

Alto mesmo tempo que se prosegue nos trabalhos da grande viação, e as cidades e as villas notaveis se põem em comunicação, por meio das estradas de primeira e segunda ordem, é necessario que as outras povoações tambem se ponham em comunicação, por meio das outras vias a que o estado não attende, nem pôde attender directamente, para que, d'esta forma, entroncando-se todas, os productos do paiz tenham facil saída, seja onde for que haja produtores, e qualquer que seja a industria que pretenda dar-l'ha.

Estas vias de comunicação, são as que devem estar a cargo das juntas geraes, das camaras municipais, e das juntas de parochia, com a classificação de caminhos de districto, caminhos visinhaes, e caminhos ruraes; e a que, pelas razões que podei, é de urgente necessidade prover, por uma lei especial.

Com este fim, submetto á vossa approvação o seguinte

PROJECTO DE LEI

TITULO I

Dos caminhos de districto, dos caminhos visinhaes, e dos caminhos ruraes

Artigo 1.º Alem das estradas, são reconhecidos tambem pela lei caminhos de districto, caminhos visinhaes, e caminhos ruraes.

§ 1.º São caminhos de districto aquelles que communicam mais de dois concelhos, no interior de um districto, e os concelhos limitrophes de dois districtos.

§ 2.º São caminhos visinhaes aquelles que communicam dois concelhos, as freguezias e principaes povoações de um só, e os que conduzem aos logares do uso geral e commun dos habitantes.

§ 3.º São caminhos ruraes aquelles que communicam os casaes e as pequenas povoações das freguezias, e os que conduzem a algum campo de frutos proprios.

TITULO II

Da construcção e conservação dos caminhos de districto, visinhaes e ruraes

CAPITULO I

DA CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS CAMINHOS DE DISTRICTO

Art. 2.º Os caminhos de districto são propostos á junta geral pelo governador civil. A proposta será precedida de um relatório especial, acompanhado dos mappaes e plantas correspondentes, e do orçamento da despesa em que se calcula a sua construção.

Art. 3.º Para este fim o governador civil se informará dos caminhos de districto, de que ha necessidade, e ordenará um systema completo d'estas obras, pelo qual se prosiga n'ellas, todos os annos, até se concluírem os caminhos que elle comprehender.

Art. 4.º Em cada sessão da junta geral o governador civil lhe proporá os caminhos de districto que forem de mais necessidade, e que couberem na força dos contribuintes, que devem ser collectados para estas obras.

Art. 5.º A junta geral não pôde recusar a sua approvação á proposta dos caminhos de districto, que o governador civil lhe fizer nos termos do artigo 2.º, senão:

1.º Na parte em que não resultar utilidade manifesta de alguns dos caminhos que se lhe propõem.

2.º Quando, na proposta das obras em cada anno, a despesa orçada exceder as forças dos contribuintes, ou lhes for muito onerosa.

§ unico. Em qualquer dos casos dos dois n.ºs antecedentes, a junta substituirá a proposta do governador civil, indicando, no primeiro, os caminhos que são mais necessarios, do que aquelles que lhe foram propostos; e no segundo, reduzindo as obras d'esse anno ás justas proporções das forças dos contribuintes, com cujas decisões o governador civil poderá conformar-se, parecendo-lhe razoaveis.

Art. 6.º Se porém o governador civil entender, que a proposta que fez á junta geral deve ser approvada, como se lhe apresentou, fará um relatório com todos os desenvolvimentos precisos, e juntado-lhe aquelle que apresentou á junta, com os documentos, plantas e organogramas de que foi instruido, remetterá tudo á repartição central do ministério das obras publicas, para que a proposta seja d'este modo decidida por via de recurso.

Art. 7.º Para effeito do governador civil apresentar á junta geral o systema dos caminhos de districto, que ha para fazer, elle, requisitando do ministério respectivo o engenheiro ou engenheiros que ainda forem necessarios, encarregará o director geral das obras publicas dos estudos, plantas, e proprias e organogramas, de que depender esse systema, pelo qual cada um d'aquelles empregados technicos ficará responsavel.

Art. 8.º Approvedo pela junta geral o systema dos caminhos de districto, ou pela repartição central do ministério das obras publicas, se aquella lhe tiver recusado a sua approvação, e approvedos depois aquelles que o governador civil lhe propozer, em cada sessão annualmente, a junta distribuirá por todos os concelhos do districto a quota, com que cada um deve contribuir para estas obras.

Art. 9.º O governador civil remetterá a cada concelho a copia autentica da decisão, em que se tiver votado a quota que lhe tocou; e ali o administrador, convocando a junta do lançamento das contribuições do estado, fará reparti-la pelos contribuintes, sobre a contribuição directa, na proporção que lhe tocou.

Art. 10.º A contribuição que for repartida aos contribuintes, na conformidade do artigo antecedente, se denominará contribuição dos caminhos de districto; e será lançada e cobrada, dentro de tres mezes, contados do dia da sessão em que a junta geral tiver feito a repartição das quotas aos concelhos.

Art. 11.º Esta contribuição será cobrada nos cofres do estado; e os devedores que não pagarem, nos prazos que forem estabelecidos, serão executados, como os devedores das contribuições publicas.

Art. 12.º Approvedos os caminhos de districto, que o governador civil propozer á junta geral, em cada uma das suas sessões annualmente, elle encarregará os trabalhos d'estas obras ás camaras municipais, por cujos concelhos os caminhos passaram; e o director das obras publicas é obrigado a fiscalizá-las, e responsavel pela sua perfeição e solidez.

Art. 13.º O governador civil propozerá tambem á junta geral, em cada sessão annual, a verba que for necessaria, para reparo e conservação dos caminhos de districto, dividindo esta verba por cada um dos concelhos; e a quota que lhe pertencer se

addicionará áquella que lhe tiver cabido, para a construcção dos mesmos caminhos.

§ unico. Em não havendo caminhos de districto para fazer, será votada sempre a verba que for necessaria, para o reparo e conservação d'elles.

Art. 14.º O governador civil fará um regulamento, para a conservação dos caminhos de districto, no qual se estabelecerão os empregados de que ella precisar, com os seus respectivos ordenados, que, depois de approvedo pela junta geral, enviará ao governo, pelo ministério das obras publicas, para ser por elle confirmado.

Art. 15.º Não será consentido orçamento algum de junta geral, em que não se ache consignada a verba correspondente para caminhos de districto, e para o seu reparo e conservação, na conformidade da presente lei; e aquelle que for votado contra esta clausula expressa, fica sendo de nenhum effeito.

Art. 16.º Se ao governador civil parecer conveniente, poderá propor á junta geral os empréstimos que julgar necessarios, para a construcção dos caminhos de districto, os quaes ella autorisará, sobre a contribuição decretada no artigo 8.º, hypothecando ao seu pagamento a receita que a mesma contribuição produz.

Art. 17.º O governador civil, no dia immediato ao da abertura da sessão da junta geral, lhe apresentará as contas de receita e despesa dos caminhos de districto, as quaes ella approvará, achando-as conformes.

CAPITULO II

DA CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS CAMINHOS VISINHAES

Art. 18.º Os caminhos visinhaes são propostos á camara municipal pelo administrador do concelho. São applicaveis á construcção, reparo e conservação dos caminhos visinhaes as disposições dos artigos do capitulo antecedente, que lhes tiverem applicação; referendo-se para esse fim á camara municipal aquelles, aonde se fizer menção da junta geral, e a esta os que se referirem á direcção central do ministério das obras publicas.

Art. 19.º Para effeito do administrador do concelho fazer á camara a proposta dos caminhos visinhaes, elle requisitará ao director geral das obras publicas do districto um engenheiro, que elle porá á sua disposição, ao qual ficam incumbidos os encargos dos artigos 7.º e 12.º.

Art. 20.º A despesa em que importarem os organogramas dos caminhos visinhaes, cuja construcção tiver sido annualmente approveda, será lançada e cobrada, e os contribuintes remissos em paga-lhe executados, pela mesma forma que se determina nos artigos 9.º, 10.º e 11.º, a respeito da contribuição para os caminhos de districto; e esta se denominará contribuição dos caminhos visinhaes.

Art. 21.º Alem d'esta contribuição, poderá lançar-se tambem a do serviço, que é autorisada pelo artigo 138.º do codigo administrativo, com applicação tambem á construcção, reparo e conservação dos caminhos visinhaes.

Art. 22.º O conselho municipal intervem no lançamento das contribuições decretadas nos dois artigos antecedentes, nos termos e pela forma que se determina ao artigo 146.º do codigo administrativo.

Art. 23.º A camara municipal fará o regulamento para a conservação dos caminhos visinhaes, que o administrador do concelho enviará ao governador civil, e este ao governo pelo ministério das obras publicas, para ser por elle confirmado.

Art. 24.º Não será consentido nem approvedo orçamento algum de camara municipal, em que não se tenha consignado verba de receita, para construcção, reparo e conservação de caminhos visinhaes.

Art. 25.º A direcção das obras da construcção e reparo dos caminhos visinhaes, e o encargo da sua conservação, e da fiscalização das empresas encarregadas d'ella é tudo da competencia da camara municipal, a qual dividirá por epochas iguaes este serviço pelos seus membros, debaixo da superintendencia do administrador do concelho, e da fiscalização technica que se ordena no artigo 19.º.

Art. 26.º No fim de dezembro de cada anno a camara municipal formará a conta da receita e despesa dos caminhos visinhaes, que apresentará ao administrador do concelho, e com ella um relatório em duplicado, para guardar tambem no seu archivo, no qual exporá as obras que se fizeram, os caminhos que se têm feito, e o estado de conservação em que se acham, e proporá quaesquer medidas que julgar necessarias, para a mais facil construcção, reparo e conservação de todos elles.

Art. 27.º O administrador do concelho fará tambem um relatório até ao fim de janeiro, nos mesmos termos que o da camara municipal, mas com todos os desenvolvimentos que lhe poder dar, e a indicação de alguma necessidade que lhe occorra, o qual remetterá ao governador civil com o relatório da camara, e a conta da receita e despesa que ella lhe tiver mandado, na conformidade do artigo antecedente, para ser approveda pela junta geral.

CAPITULO III

DA CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS CAMINHOS RURAES

Art. 28.º Os caminhos ruraes são propostos pelas juntas de parochia á camara municipal, todas as vezes que houver necessidade de serem feitos ou reparados; e a camara, ouvindo o administrador do concelho por escrito, sobre a necessidade ou conveniencia dos caminhos que se propõem, resolverá que sejam feitos, com assistencia e approvação do conselho municipal.

Art. 29.º Se a camara e o conselho municipal recusarem a sua approvação aos caminhos ruraes, que as juntas de parochia lhes propozerem, ellas ou o administrador do concelho poderão interpor recurso d'essa decisão para o conselho de districto, que, mandando proceder previamente aos exames necessarios por homens competentes, julgará a final se os caminhos devem ou não ser feitos.

Art. 30.º Se as juntas de parochia carecerem de estudos, plantas, conselhos, direcção e fiscalização de algum engenheiro, poderão pedi-la ao administrador do concelho, e este o requisitará ao director das obras publicas do districto.

Art. 31.º As juntas remetterão, com as propostas que fizerem á camara, os organogramas, e, sendo possivel, as plantas, ou na falta d'estas a explicação dos caminhos que se comprehendem n'ellas, e a camara não pôde recusar-lhe a sua approvação, senão em algum dos dois casos do artigo 5.º; e quando isso acontecer, a mesma camara procederá, como fica determinado no § unico do mesmo artigo; a respeito da junta geral, em circumstancias iguaes.

Art. 32.º Resolvidas as propostas, e approvedos os caminhos ruraes que n'ellas se comprehenderem, a camara lança a cada uma das freguezias, a que os caminhos disserem respeito, a somma em que os seus respectivos organogramas importarem, e a esta contribuição é applicavel o que fica disposto nos artigos 10.º e 11.º, e se denominará contribuição dos caminhos ruraes.

Art. 33.º Incumbe á junta de parochia a direcção das obras da construcção e reparo dos caminhos ruraes, o encargo da sua conservação, e a fiscalização dos empregados incumbidos d'ella, aonde os houverem, procedendo como se ordena no artigo 25.º, no que lhe for applicavel.

Art. 34.º Quando as juntas de parochia não fazem propostas para construcção e reparo de caminhos ruraes, ou não as fizerem convenientemente, o administrador do concelho poderá fazer-las, interpondo recurso das decisões que não l'has attenderem, da camara e conselho municipal para a junta ge-

ral, e d'ella ainda para a repartição central do ministério das obras publicas.

Art. 35.º As juntas de parochia farão o regulamento, para a conservação dos caminhos ruraes.

Art. 36.º No fim de dezembro de cada anno, as juntas de parochia darão conta á camara municipal dos caminhos ruraes, que se concluíram, para ser approveda por ella, e fará um relatório em tres duplicados, nos termos em que se ordena aquelle que é ordenado no artigo 26.º, deixando um no archivo da parochia, e remettendo outro para a camara, e o terceiro para o administrador do concelho.

TITULO III

Das expropriações e do direito de propriedade dos caminhos de districto, visinhaes e ruraes

Art. 37.º Quando os caminhos de districto, visinhaes, e ruraes forem feitos por uma directriz nova, os terrenos que elles occuparem serão indenizados a seus donos, e as expropriações se farão, na conformidade da legislação em vigor.

Art. 38.º Os caminhos de districto visinhaes e ruraes que forem feitos ou reparados, por onde actualmente têm a sua direcção, serão abertos com a largura que lhes corresponder nas plantas propostas e organogramas, sobre que tiverem sido approvedos, sem dependencia de expropriação.

Art. 39.º A largura dos caminhos de districto, visinhaes e ruraes que forem feitos, em virtude das disposições da presente lei, fica sendo imprescriptivel.

TITULO IV

Disposições geraes

Art. 40.º Pertence ao governo a superintendencia superior dos caminhos de districto, visinhaes e ruraes que se fizerem, das obras de reparo de que precisarem, dos regulamentos pelos quaes se tiver provido á sua conservação, e do modo como elles se executarem; e quando entender que deve intervir, para occorrer a algum inconveniente, consultará, pelo ministério das obras publicas, o conselho d'estado administrativo, e a repartição central do mesmo ministério, e proverá de remedio, como lhe parecer que é necessario e de justiza.

Art. 41.º De dois em dois annos, os governadores civis farão um relatório ao governo, pelo ministério das obras publicas, no qual lhe exporão os caminhos de districto, visinhaes e ruraes que se fizeram durante elles, o estado de conservação em que se acham, e as despesas em que todas estas obras importaram, propondo-lhe ao mesmo tempo quaesquer medidas que julgar necessarias, para a mais facil construcção, reparo e conservação de todos estes caminhos, e occorrer a alguma necessidade de que tenha conhecido, para bem d'este ramo especial de administração.

Art. 42.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala da camara dos deputados, em 20 de março de 1860.—A. R. O. Lopes Branco.

Niza, 15.—Hoje começou a votação. A cidade está na maior animação. Os habitantes das aldeias apressam-se a votar, trazendo na sua frente os sacerdotes. Todos apresentam no chapéu um papel com a palavra *sim*, e vem gritando: viva o imperador, viva a França!

Paris, 16.—O *Moniteur* de hoje publica a seguinte nota:

«A *Union* e a *Gazette de France*, fallando do conde de Montemolin, attribuem-lhe sempre o título real de Carlos VI. Estes jornaes desconhecem assim os direitos constitucionais da rainha de Hespanha que toda a Europa reconheceu, e com o governo da qual a França mantém as melhores relações. Cumpre pois que estes jornaes respeitem as conveniências internacionais que constituem garantias reciprocas para os povos e para os governos.

Paris, 17.—O *Moniteur* diz que o resultado da votação de Niza foi de 6:818 votos a favor da anexação, e 11 contra.

Turim, 17.—A insurreição da Sicilia tem augmentado.

Marselha, 17.—As noticias de Napoléon alcançam até 14. Affirma-se que foi arremetida contra as janellas do palacio real uma bomba, que partiu os vidros, mas que, felizmente, não feriu pessoa alguma.

Columnas volantes perseguiram as partidas de rebeldes da Sicilia refugiadas nas montanhas.

Londres, 17.—Começou já a discussão do orçamento da marinha.

Paris, 17.—O *Constitutionnel* sustenta que as negociações relativas á neutralidade não serão só entre a França e a Suíça, mas sim entre as potencias que assignaram os tratados de Vienna.

SUISSA

Continuam sendo essencialmente contradictorias as informações relativas á questão dos territorios neutralizados. Em quanto que, por uma parte, se afirma que a questão será decidida directamente entre a Suíça e a França, sustenta-se, por outra parte, que o gabinete de Berna se recusa a negociar directamente com a França, e que continua a instar pela reunião de uma conferencia das potencias. Esta ultima versão é a do *Courrier de Dimanche*, que attribue tambem á Suíça uma iniciativa de que até hoje não se tinha fallado. Foi o gabinete de S. Petersburgo, diz este jornal, que propoz a neutralização de uma parte de territorio ao longo do lago de Genebra, bem como as outras garantias de que se tem fallado. A *Nova Gazeta da Prussia*, pelo contrario, sustenta que a Suíça não tem tomado parte alguma n'esta questão.

INGLATERRA

O *Times* afirma, n'uma correspondencia de Paris, que o governo francez, depois da votação da Saboya e de Niza, dirigirá um memorandum ás potencias que assignaram o acto final do tratado de Vienna. Este documento ter por fim provar que a anexação das provincias da Saboya não

priva virtualmente a Suíça da sua posição strategica, e que ella não implica nenhum dos perigos que o conselho federal parece prever.

Os jornaes inglezes dão noticia de um *meeting* que houve ultimamente em Londres, a fim de ser discutido pelos reformistas o *bill* de lord John Russell. O discurso pronunciado n'essa occasião por Bright foi muito applaudido. Depois de approvar completamente o orçamento apresentado por sir Gladstone, o illustre deputado insistiu nas vantagens do tratado de commercio entre a França e a Inglaterra, vantagens reciprocas que devem estreitar cada vez mais a união dos dois paizes. (*La Patrie*).

ESTADOS UNIDOS

Pelo *Fulton* se receberam noticias de New York, que alcançam até ao dia 31 de março ultimo. Depois de um bombardeamento de cinco dias, e julgando que a guarnição desanimara completamente, o general Miramon deu o assalto a Veracruz, porém foi repellido, soffrendo perdas de consideração. Como o segundo ataque, que teve lugar 48 horas mais tarde, teve o mesmo resultado que o primeiro, o exercito sitiante desistiu dos seus projectos e regressou ao Mexico. Os constitucionaes foram em perseguição do exercito de Miramon, e a divisão do general Carvajal apprehendeu grande numero de transportes e viveres.

Como foi a intervenção americana e a captura dos seus dois vapores, sobre os quaes elle contava para operar uma divisão, que Miramon attribuiu o reves que soffreu, quiz vingar-se nos americanos, e n'esta idea publicou um decreto que priva das suas propriedades e condemna ao desterro todos os que estão actualmente no Mexico. Esta medida por certo dará lugar a novas complicações com os Estados Unidos. (*La Presse*).

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DA ESCOLA POLYTECHNICA

ANILLO-20	BAROMETRO (PRESSÃO)	TERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millímetros	Grados C.	Por 100	Rumos
9 m.	753,35	14,3	78,0	S.
3 t.	752,04	16,2	50,7	NO.

DIA 19.

Maxima—temperatura.....	10,0 C.
Minima.....	8,1 „
Ozone (do noite).....	9,0 „
Ozone (de dia).....	4,5 „
Chuva (udometro).....	0,0 MIL.
Evaporação (vapormetro).....	4,0 „
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

Mappa semanal do movimento do gado, no matadouro publico, na semana finda em 18 de abril

DESTINO	VITELLAS			PICARAS EXISTINDO			REZES			VITELLAS			GADO		
	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL	BOIS	VACAS	TOTAL
Existiam.....	32	10	42	—	29	29	69	35	2	37	—	29	29	36	1
Entraram.....	305	59	364	23	30	53	329	—	—	—	—	—	—	—	7
Mortos.....	294	67	361	23	30	53	334	—	—	—	—	—	—	—	4
Reprovados.....	8	—	8	—	—	—	28	—	—	—	—	—	—	—	—

Observação.—Ficam de saldo para a semana seguinte 4 capados.

Casa da administração, em 18 de abril de 1860.—O fiscal, Manuel Antonio Penna.

MOÇAMBIQUE

Estatistica dos productos exportados na alfandega do Ibo nos annos abaixo mencionados

GENEROS	1856		1857		1858	
	ARRIOBAS	ARRATEIS	ARRIOBAS	ARRATEIS	ARRIOBAS	ARRATEIS
Ursella.....	140	—	877	—	8.893	11
Marfim.....	988	—	9	177	25	13
Mamã.....	—	25	1	—	23	—
Tartaruga.....	—	8	1	16	33	25
Talho.....	—	—	20	—	12	—
Gomma copal.....	583	16	764	28	148	—
Cavalllo marinho.....	21	17	2	8	7	16
Pontas de abada.....	—	22	4	8	—	15
Cera bruta.....	18	26	—	—	13	21

GENEROS

GENEROS	1856		1857		1858	
	PANJAS	CANECAES	PANJAS	CANECAES	PANJAS	CANECAES
Cauil.....	9.112	—	8.498	—	2.833	—
Arroz.....	280	—	30	—	655	—
Milho.....	1.219	—	20	—	1.089	—
Gergelim.....	916	—	2.025	—	3.618	—
Feijão.....	—	—	550	—	—	—

O encarregado da alfandega, Antonio José Sotero.

Está afformes.—Secretaria do governo no Ibo, 31 de agosto de 1859.—José Joaquim Moniz Cabral, alferes ás ordens.

Estatistica das embarcações existentes no districto do Ibo

ILHAS E CONTINENTE	ESPECIES DAS EMBARCAÇÕES				TOTAL
	PANGAIOIS	LANCHAS	ESCALERES OU BOTES	COCHES	
Ibo.....	2	38	6	—	46
Querimba.....	—	2	—	6	10
Fumho.....	—	1	—	4	4
Arimba.....	—	1	1	5	7
Quiranga.....	—	6	2	8	16
Momba.....	—	—	3	12	15
Motema.....	—	—	1	9	10
Oitumbão.....	—	2	—	7	9
Mucjo.....	—	—	—	4	4
Pangano.....	1	1	1	17	20
Mocumbão.....	—	2	—	9	11
	3	53	16	80	152

Ibo, 2 de janeiro de 1859.—O escripto da camara, Joaquim José Dias.

Está conforme.—Secretaria do governo no Ibo, 31 de agosto de 1859.—José Joaquim Moniz Cabral, alferes ás ordens.

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 20 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Nova Lembrança, hiate portuguez, mestre L. J. Vianna, de Vianna em 2 dias, com madeira e man-teiga; 8 pessoas de tripulação, e 10 passageiros, que são: Domingos Fernandes de Carvalho, empregado na alfandega; Antonio Gonçalves de Araujo, proprietario; Ignacio Alfonso Castro, Joaquim Martins Loureiro, trabalhadores; Manuel Gonçalves, criado de servir; portuguezes: Manuel Antonio Bernades, caixeiro; José Bento Alonso, José Joaquim Alves, Manuel Rodrigues, José Durão, criados de servir; hespanhoes. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas e meia da noite.

Alice, patacho portuguez, capitão J. A. de Castro, do Havre de Grace em 8 dias, com quinqü-

therias, machinas, piannos e diferentes generos, a J. B. de Castro; 9 pessoas de tripulação, e 1 passageiro que é J. Urbano, trabalhador belga. Entrou e deu fundo hontem ás 10 horas da noite.

Alberdina, galleota hollandeza, capitão J. H. Lodewyck, de Amsterdam em 15 dias, com genebra, queijo, tabaco e mais generos, a O. Herold & Comp.; 5 pessoas de tripulação.

Notaris van Boeckeren, galleota hollandeza, capitão J. J. Boon, de Delizyl em 14 dias, com trigo, a ordens; 5 pessoas de tripulação.

Vencedor, canoa portugueza, mestre F. Maria, de Setubal em 2 dias, com vinho e mel; 4 pessoas de tripulação.

Palles, barca russiana, capitão O. F. Kopler, de Troon em 10 dias, com carvão a ordens; 14 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

D. Luiz, paquete portuguez a vapor, capitão F.

B. Ribeiro, para os portos do Algarve, com cereaes e encomendas; 20 pessoas de tripulação e 46 passageiros.

Nova Oliveira, bateira, mestre J. O. Pinho, para S. Martinho, com calhas de ferro; 6 pessoas de tripulação.

Mathilde, patacho portuguez, capitão M. J. Henrique, para Setubal, com sal; 10 pessoas de tripulação.

Nova Subtil, galera portugueza, capitão J. V. Paulo, para o Porto, com sal e mais generos; 23 pessoas de tripulação e 55 passageiros, que são: Joaquim José Monteiro, com um creado, negociante; Joaquim de Oliveira, Manuel José Antunes, caixeiros; Paulo Ferreira, carpinteiro; José Ribeiro Maia, canteiro; Joaquim Soares Monteiro, Alexandre Ribeiro, trabalhadores; Antonio Caetano da Silva, Manuel da Rocha, José Rodrigues dos Santos, A. Leite, A. C. Teixeira, con. m irmão, A. G. Rodrigues, Antonio de Barros, Bernardo Moreira, Francisco José da Costa, Francisco dos Santos, Francisco Pereira da Rocha, André Lopes, Ignacio José Alves, João Lopes de Azevedo, Joaquim da Silva, Joaquim Carvalho, Joaquim de Sousa, Manuel Francisco Pereira, Manuel Rodrigues, Manuel Ferreira dos Santos, Manuel da Silva Nogueira, Manuel José da Rosa, Manuel Antonio Fernandes, Antonio Pereira de Mattos com tres filhos menores, Joaquim Antonio de Freitas, Manuel Antonio Correia Godinho com um irmão, Manuel Rodrigues, Manuel José Bernardes, Thomás José Pereira da Silva, Joaquim Ferreira de Magalhães com 1 irmão, sem empregos; Albina Rosa Marques, Josefa Maria de Jesus com 2 filhos menores; portuguezes: Manuel Soares, Diogo Cabrera, Raphael Romero, Pedro Garcia Roque, José Notario, sem empregos, hespanhoes; José Domingos dos Santos, calafate, brasileiro.

Saudade, galera portugueza, capitão J. C. da Fonseca, para o Porto com sal; 23 pessoas de tripulação e 66 passageiros, que são: Bernardo Gomes Pereira, Jeronymo Pinto, negociantes; Antonio Francisco Braz, Antonio Joaquim de Lima, commerciantes; Antonio José Leitão Serra, Francisco José Dias Vieira, Francisco de Abreu Lima, Francisco Manuel dos Santos, José Dias de Azevedo, José Maria de Azevedo Pereira, Manuel Antonio dos Santos, Manuel José Ferreira de Oliveira, caixeiros; Antonio Maria Fernandes, Antonio José da Costa, Antonio de Santa Barbara com 1 creado, Francisco Xavier, José da Costa, lavradores; Antonio José Alves e sua mulher, Bernardo da Silva, Antonio Ferreira Vinhas, Domingos Lopes, Francisco Antonio, Francisco José Moreira, Francisco de Castro, Francisco Ferreira Nunes, José Joaquim Correia, José Antonio Correia, José de Figueiredo, José Rodrigues, João José de Carvalho, João Barbosa, J. Antonio Gomes, Joaquim da Silva Carvalho, Manuel Dias Rego, Manuel Ferreira Pinto, Manuel José de Macedo, João Manuel de Sousa, Pedro de Oliveira Junior, artistas; Antonio José Afonso, J. Dias, feitores; Antonio Joaquim Rodrigues, Antonio Martins, Agostinho José de Carvalho, Bernardo Francisco Pinheiro, Bento José da Silva, Constantino das Almas, José de Sousa Neves, José Gomes Segadeem, José Pereira, João Antonio Pereira, Joaquim Alves, Joaquim da Silva, Joaquim José Carneiro, Manuel Bento, Manuel Lopes da Silva, com uma pessoa de familia, Manuel José Nogueira, Serafim Gonçalves, Thomás Joaquim Pereira, trabalhadores; José Nogueira, fabricante; J. Gonçalves Lopes, padeiro; José de Oliveira Gonçalves, Miguel Afonso; creados de servir, Maria Brígida Lagareiro, com um filho menor; portuguezes: S. José, bateira, mestre C. Mathias, para Sines, com cereaes e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 20 de abril de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 19 DE ABRIL DE 1860

Serviço das bagras

Da foz do Douro, do dia 18

Entradas.—Portuguezes, brigue *Gardina*, de Hamburgo em 12 dias; hiates *Silencio*, de Aveiro em 2 dias; *Sousa*, de Lisboa em 7 dias; *S. Joaquim 1.º* e *rasca Flor do Porto*, ambos de Setubal, aquelle em 22 dias e este em 7; vapor *Inglez Rebecca*, de Glasgow em 5 dias.

Saiu o patacho portuguez *Edalina*, para o Havre de Grace.

Fôra da barra fica o hiate portuguez *Constante*. O mar está bom.—O vento esteve ONO., agora O. brando.

De Caminha, do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento N.

Da Figueira, do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma, nem tão pouco se avista fôra da barra. Mar bom.—Vento ONO. brando.

Da Ericeira, do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento O. bonançoso.

De Faro, do dia 17

Entradas.—Falucho hespanhol *Virgem da Soledade*, de Huelva, vazio; cabique portuguez *Senhora do Rosario*, de Ceimbra, com sal.

Hontem não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar de pequena vaga.—Vento O., ONO., E. e NO. frescos.

De Tavira, do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma. O vento esteve SO. regular, agora NO. fresco.

Do dia 18

Não entrou embarcação alguma. Sairam—Portuguezes, cabiques *Senhora dos Martyres* e *Novo Destino*, para Gibraltar, com lenha e ovos; *Livramento* e *Conceição*, para Gibraltar, com varios generos.

Fundou na costa um patacho francez, que demanda este porto.

De Lagos, dos dias 15 e 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar agitado.—Vento SE. e SO. bonançoso.

Do dia 18

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento N. fresco.

De Aveiro, do dia 18

Entrou a caeuma ingleza *G. Thomás*, de Lisboa em lastro.

De Vianna do Castello, do dia 18

Não entrou embarcação alguma. Em Espozende nos dias 14, 15 e 16 tambem não entraram nem saíram embarcações algumas.

De Villa Nova de Portimão, do dia 15

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar chão.—Vento variavel.

Do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma. O mar bom.—Vento variavel.

Do dia 17

Não entrou embarcação alguma. Sairam—Hespanhoes, faluchos *Virgem das Dores*, *Santo Antonio*, *Virgem das Angustias*, *Virgem do Carmo*, *Santo Christo* e *Santo Nome de Maria*; todos á pescaria.

Mar chão.—Vento NO. fresco.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 17

Não entrou embarcação alguma.

Saiu o brigue *inglez Mary Anne*, para Liverpool, com mineral.

Está á barra o cabique de guerra *Mindello*.

O mar está um tanto agitado.—Vento NO. forte.

Do dia 18

Entradas.—Portuguezes, cabique de guerra *Mindello* e cutter de guerra *Ligeiro*; hiate *Adonis*, de Villa Nova de Portimão em 1 dia, com madeira; bateira *Tentativa*, de Lisboa em 4 dias, com cereaes e madeira.

Não saiu embarcação alguma.

Avistam-se fôra da barra tres navios.

O mar está agitado.—Vento O. forte.

De Setubal, do dia 18

Entradas.—Barca russiana *Ahti*, de Lisboa, em lastro; brigue sucoo *Anna Christina*, de Barcelona, em lastro; brigue norueguez *Stah Laad Vogt*, de Rouen, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Vento NO.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 19 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 20 de abril.—3 por cento consolidado a 46,40 e 46,45—3 dito differido a 36,30.

Bolsa de Paris, em 20 de abril.—3 por cento francez a 70,05—4 1/2 dito a 96.

Bolsa de Londres, em 20 de abril.—Consolidados de 94 3/4 a 94 7/8.

AVISOS

ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Continua na quarta-feira 25 do corrente, pelas onze horas da manhã, o leilão de fazendas de linho e algodão, vidros, longos de cambraia, cebo, gomma copal, tapioca, coiros, côrtes de vestidos, enfeites de cabeça de senhora, espermaceite, gelatinas, luvras de pelicia, loigas, bandejas, papel, farinha de pau, café, livros, potassa.

Alfandega grande de Lisboa, 20 de abril de 1860.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O ex.º presidente da mesa da assembléa geral convida á todos os socios para se reunirem em sessão no proximo domingo 22 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume.

Sala das sessões, em 16 de abril de 1860.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

MONTE PIO GERAL

A direcção d'este monte pio annuncia que no proximo domingo 22 do corrente, ás dez horas da manhã, continua o leilão dos penhores.

Escriptorio do monte pio geral, 18 de abril de 1860.—O secretario, Augusto Cesar da Fonseca.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO E INDUSTRIA

Rua dos Douradores n.º 72, 1.º andar

Não se tendo reunido na ultima sessão o numero de socios, marcado no artigo 21.º dos nossos estatutos, é novamente convocada a assembléa geral d'esta associação a reunir-se no dia 22 do corrente, pelas quatro horas da tarde; sendo a ordem do dia:

1.º Discussão do relatório e contas da gerencia da direcção do anno proximo findo, e parecer da commissão revisora de contas.

2.º Eleição da nova direcção.

3.º Applicação de fundos.